

## CONSIDERAÇÕES SOBRE RADIODIFUSÃO E CENSURA NO BRASIL

Maurício Ferreira da Silva<sup>1</sup>

O rádio, como veículo de comunicação, vem se concretizando na realidade social brasileira desde meados da década de 1930. Neste processo atravessou diversas fases: as primeiras rádios educativas, a introdução do aspecto comercial, as primeiras formas de uso político e regulamentação, o projeto de nacionalização e a chamada “era do rádio”. De peculiar todas essas fases denotam uma guinada do rádio rumo a um “perfil democrático”, tendo em vista as novas técnicas de transmissão e, principalmente, de recepção, com o incentivo à instalação de aparelhos domésticos.

Com o surgimento da televisão a partir da década de 1950, o papel do rádio como veículo de comunicação de massa foi colocado em questão, ou seja, a televisão surgiu como ameaça a sua “soberania”. Apesar disso, como aponta Luiz Artur Ferraretto, o rádio adquiriu sobrevida inicial em função da escassez e do consequente alto custo dos aparelhos receptores.<sup>2</sup> Contudo, como se verificou, a programação — baseada em auditórios, humor e radionovelas — sofreu forte queda nas décadas seguintes e, obrigatoriamente, teve de ser alterada.

O impacto do surgimento da televisão verificou-se, principalmente, durante a primeira metade da década de 1960. Como toda inovação tecnológica, a televisão ainda carecia de profissionais especializados que pudessem lidar com a especificidade do veículo, tanto das questões técnicas como das artísticas, o que a tornava refém de improvisações e da migração dos profissionais do rádio. Esta prática, talvez como premonição da realidade que iria encontrar, foi adotada por Assis Chateaubriand já na criação da primeira emissora de televisão do país. Fernando Moraes salienta que os *Diários Associados*, conglomerado comandado por Chateaubriand, acrescentou nova cláusula na renovação contratual de trabalho

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais. Professor Adjunto do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

<sup>2</sup> Luiz Ferraretto. *Rádio. O Veículo, a História e a Técnica*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

“segundo a qual o empregado se obrigava a prestar serviços, em sua especialidade, em rádio e televisão.”<sup>3</sup>

Do surgimento da primeira estação televisiva, em 1950, ao início do governo de Emílio Garrastazu Médici, em 1969, transcorreram quase vinte anos de inserção da televisão no contexto nacional. Novas emissoras foram criadas e a dinâmica específica do veículo proporcionou mudança cultural bastante significativa no âmbito do entretenimento, em especial pela introdução das telenovelas. Essa nova realidade ocasionou, evidentemente, rearranjo das estruturas adjacentes ao funcionamento dos meios, principalmente por parte dos patrocinadores, que motivados pela perspectiva de crescimento do modelo televisivo, *passaram a nele apostar em termos de investimento publicitário*, interferindo diretamente nas receitas das emissoras.

A interface entre a dinâmica autoritária do governo militar e o desenvolvimento da radiodifusão é o eixo central que determina este artigo. Compreende-se aqui que as vinculações entre o sistema de comunicação e o governo não podem se limitar às ações políticas isoladas, tampouco às eventuais investidas das instituições políticas na programação ou regulamentação do funcionamento dos meios de comunicação. Essas vinculações devem ser pensadas de forma global, atribuindo-lhes importância mais ampla no sentido da consolidação de todo o mecanismo que envolve o processo de comunicação de massa.

Baseado neste entendimento, o presente artigo está dividido em três seções, sendo a primeira destinada à análise do desenvolvimento e inserção do rádio, a segunda destinada à dinâmica que envolve a televisão e sua contraposição ao rádio e a terceira focada nas medidas autoritárias da ditadura militar para fins de controle da programação.

## **NOVAS PERSPECTIVAS EM TORNO DO RÁDIO**

Em trabalho publicado sobre a *Rádio Nacional*, Luiz C. Saroldi e Sônia V. Moreira salientam que, apesar do deslumbramento inicial causado pela televisão em artistas e administradores, muitos se preocupavam com o impacto do novo veículo sobre o rádio. Dentre as

---

<sup>3</sup> Fernando Moraes. *Chatô – O Rei do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

principais dúvidas, havia a interrogação sobre a reação das donas de casa que, até então, eram as principais ouvintes das radionovelas e “até quando os patrocinadores continuariam a investir no rádio os anúncios que chegavam a 24% do volume total das verbas publicitárias”.<sup>4</sup>

O setor radiofônico viu-se, assim, obrigado a modificar sua estratégia de abordagem e método de divulgação das mensagens para poder enfrentar esta nova realidade. Maria Elvira Federico afirma que uma das estratégias adotadas foi modificar a programação artística e comercial, substituindo longas sequências de anúncios por intervalos de longa duração musical.<sup>5</sup> Determinar um perfil específico, e, portanto, uma característica própria, tornou-se um claro objetivo durante o período. Para tanto, o desenvolvimento técnico do sistema de transmissão contou com o surgimento do transistor, mecanismo responsável pela transmissão em ondas sem a ajuda de fios. Ou seja, a partir do início da década de 1960 as emissoras de rádio podiam chegar a aparelhos receptores portáteis, que utilizavam pilhas como fonte de energia. Assim, “aliado a outros avanços tecnológicos, o transistor deu ao rádio sua principal arma de faturamento: é possível ouvir rádio a qualquer hora e em qualquer lugar, não precisando mais ligá-lo às tomadas”.<sup>6</sup> Isso, na prática, significava duas grandes possibilidades de crescimento para o setor: o público que residia em locais não abastecidos pela rede elétrica e o público em constante movimento.

O que para alguns autores se define como fase de decadência do rádio configura-se, na verdade, como período de reestruturação, dadas as circunstâncias que cercam a realidade do veículo. E estas circunstâncias não se limitam apenas às inovações tecnológicas ou à concorrência com a televisão. Há outro fator que, mesmo constando da maioria das análises sobre o rádio, é tratado de forma superficial: o fator político.

---

<sup>4</sup> Luiz C. Saroldi; Sônia V. Moreira. *Rádio Nacional: O Brasil em sintonia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

<sup>5</sup> Maria Elvira B. Federico. *História da Comunicação: Rádio e TV no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.

<sup>6</sup> Gisela S. Ortriwano. *A Informação no Rádio: Os Grupos de Poder e a Determinação dos Conteúdos*. São Paulo: Summus Editorias, 1985.

Embasados por tal prisma, é irrevogável que aqui se façam duas conclusões a este respeito. Em primeiro lugar, o que se denominou como “decadência” do rádio trata-se, na realidade, de redefinição de seu papel, motivada pelo surgimento da televisão e das novas possibilidades que se apresentaram com as inovações tecnológicas. Em segundo lugar, a redefinição deste papel não se limitou a uma ação isolada do veículo, tendo em vista o viés político que influencia o processo. Nesse sentido, é necessário considerar que com a ruptura política proporcionada pelo golpe de 1964, a dinâmica desta redefinição passou a ser influenciada — ou até determinada — por nova diretriz ideológica, que se pautou em preceito autoritário acerca do funcionamento das instituições sociais, principalmente das que se direcionavam às transmissões de informações.

E diferente daquilo que se poderia prever na análise das prerrogativas do autoritarismo, o empenho do governo após o golpe não foi o de cerceamento dos projetos desenvolvimentistas. Ocorreu o contrário. A organização ditatorial militar agiu no incentivo à ampliação das telecomunicações, tornando-as uma das prioridades de seu projeto desenvolvimentista. No caso do rádio, este projeto inicia-se com as primeiras regulamentações da década de 1960, passa pela criação e desenvolvimento da Embratel, pela ampliação da frequência modulada (FM), pelo incentivo à indústria de aparelhos receptores e tem seu ápice, já no governo de Ernesto Geisel, com a criação da Radiobrás, em 1975. A Radiobrás, por sua vez, foi criada “visando unificar o comando operacional das emissoras do governo federal e atender com prioridade as regiões de baixa densidade demográfica e reduzido interesse comercial”.<sup>7</sup>

O período que corresponde ao governo de Emílio Médici foi marcado por diversas ações diretas no âmbito do rádio. Dessas, ressaltam-se duas iniciativas intrinsecamente vinculadas ao modelo de ação política anteriormente descrito, que ilustram a estratégia autoritário-burocrática adotada no período: o incentivo ao desenvolvimento da frequência modulada e suas consequências e a intervenção na programação.

O ministério das comunicações comandado por Hygino Corsetti defrontou-se com situação bastante inusitada no campo da

---

<sup>7</sup> Luiz C. Saroldi; Sônia V. Moreira. *Rádio Nacional: O Brasil em sintonia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.179.

radiodifusão. Apesar dos esforços advindos da Embratel, boa parte do país ainda não contava com cobertura do sistema radiofônico, o que abria espaço para a ação de estações estrangeiras — principalmente na Amazônia — com grande variedade de programação. Apesar da intenção em implantar um sistema de cobertura nacional, pesava para o governo o fato de que ali o espaço estava livre para intervenções político-ideológicas contrárias ao regime, colocando em risco a ordem estabelecida na região. Por este motivo, segundo Nélia R. Del Bianco, a ação do governo foi decisiva para criar uma alternativa de intervenção, visto que, para tentar limitar a ação estrangeira na região, “o governo criou em 1971 a Rádio Nacional da Amazônia. No ano seguinte, a Nacional de Brasília teve sua potência aumentada e passou a transmitir programas em inglês para a Europa Ocidental”.<sup>8</sup>

Por conseguinte, a estratégia de se consolidar de forma mais densa no território nacional culminou com o incentivo à utilização da frequência modulada e o modelo mais regionalizado que esta propicia. Del Bianco afirma que algumas estações já funcionavam de forma irregular no início da década de 1970 e o sistema de “AM’s” não possuía plano básico que fosse capaz de reestruturar o setor, ou seja, a grande maioria não conseguia cobrir o território nacional.

Esta realidade motivou o governo a investir na concessão dos canais de FM. Com isso, para normalizar o processo, publicou uma portaria em 1972 (nº 333) garantindo a prioridade para os pedidos de instalação de emissoras FM. Este fato, por sua vez, carrega consigo duas consequências básicas: a primeira, de cunho econômico, diz respeito ao incentivo que a norma trouxe para o campo da produção de aparelhos receptores, visto que as indústrias iniciaram processo de produção mais dinâmico, estruturando os aparelhos com as faixas AM e FM. A segunda consequência, de perfil político, condiz com a tese de que o sistema mais regionalizado que decorre da FM facilita a ação de controle — pela limitação de alcance — e se coaduna com a doutrina de segurança nacional.

Desta forma pode-se caracterizar, assim como o faz Sônia V. Moreira, a inserção da FM como forma de controle social, tendo em

---

<sup>8</sup> Nélia R. Del Bianco. FM no Brasil (1970-1979): crescimento incentivado pelo regime militar. In: *Comunicação e Sociedade*, v.12, n.20, dezembro de 1993. São Bernardo do Campo: Editora IMS – Edims, 1993. p.144.

vista que a baixa frequência gerada pelas ondas FM enquadra-se na política de segurança nacional. E isto porque, pela facilidade de controle, caracterizavam-se como “menos perigosas” ao regime. Ademais, a expansão da frequência modulada “resultou no fortalecimento da indústria nacional de equipamentos eletrônicos de radiodifusão, que no começo dos anos 1970 estava à beira de um colapso”.<sup>9</sup>

Longe de discordar completamente que o incentivo ao modelo FM tem por trás uma estratégia de controle — até porque todas as ações decorrentes da burocracia autoritária possuem, de alguma maneira, conotação com a consolidação do regime —, o fato é que, ao direcionar uma perspectiva totalmente centrada neste objetivo, gera-se contradição com o objetivo central da política de comunicação do regime militar. Isto porque as ações desenvolvimentistas e de regulamentação dos meios de comunicação tiveram, em última análise, objetivo integrador, focado na denominada “integração nacional”. Isto se comprova, sobremaneira, no surgimento das redes nacionais de transmissão. Ora, é necessário ter claro que, naquilo que concerne à ação de controle, o trabalho se traduz de forma mais eficaz se a fiscalização se centrar em uma única base que transmite para toda a nação. Multiplicar o processo a partir da regionalização da transmissão pressupõe, a seguir, tornar complexo e ainda mais árduo o controle, como demonstra a dificuldade encontrada pelo regime em torno da gama de estações estrangeiras que transmitiam suas programações para a Amazônia.

Portanto, no que tange à condição de controle proveniente da proliferação do modelo FM, é possível aqui sugerir duas possibilidades: a da limitação de alcance geográfico, que, no pior dos cenários, causa “dano limitado” nesta região, e a manutenção do direito legal de concessão nas mãos do governo em uma promissora conjuntura de investimentos. Mesmo não explorando neste trabalho essas duas hipóteses, vale salientar que as estações “FM’s” oferecem nova possibilidade de investimento publicitário, vinculada às características que a programação desta modalidade viria a adquirir. Outro fato a se considerar é que o maior empenho à legalização deste

---

<sup>9</sup> Sonia V. Moreira. *O Rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1998, p. 79.

modelo ocorre durante o governo de Ernesto Geisel, que já anunciava a intenção de retorno à democracia representativa, o que, em última análise, propicia a transformação dessas concessões em moeda de troca no provável “jogo político” que se avizinhava.

Por fim, é necessário salientar que o impulso dado pela abertura do modelo FM foi fundamental para a manutenção do rádio como alternativa no processo de comunicação de massa. Serviu sobremaneira para a redefinição do papel que lhe foi destinado após a década de 1960. E, mesmo sofrendo quedas acentuadas de verbas publicitárias na comparação com a televisão, manteve-se em crescimento no conjunto da população durante toda a década de 1970, como mostram as duas tabelas abaixo:

#### TOTAL DE APARELHOS DE RECEPÇÃO POR DOMICÍLIO

DEMICÍLIO E APARELHOS	1970	1980	CRESCIMENTO
TOTAL DE DOMICÍLIOS	17.628.699	26.436.516	49,96%
APARELHOS DE RÁDIO	10.386.763	20.027.948	98,75%
APARELHOS DE TV	4.250.404	14.518.877	241,58%

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>10</sup>

#### NÍVEL DE INSERÇÃO POR VEÍCULO

DEMICÍLIO E APARELHOS	1970	1980	CRESCIMENTO
TOTAL DE DOMICÍLIOS	17.628.699	26.436.516	49,96%
APARELHOS DE RÁDIO	58,92%	75,76%	17,84%

<sup>10</sup> Gisela S. Ortriwano. “Situação da Radiodifusão”. In: *A Informação no Rádio: Os Grupos de Poder e a Determinação dos Conteúdos*. São Paulo: Summus Editorias, 1985, p.45-46.

APARELHOS DE TV	24,11%	54,92%	30,81%
--------------------	--------	--------	--------

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (idem)

## A CONSOLIDAÇÃO DA TV

Mesmo mantendo certa diferença em termos do número de aparelhos em relação ao rádio — principalmente pela variação de possibilidades que este apresenta — a televisão consolidou-se, durante a década de 1970, como o principal veículo de comunicação de massa da sociedade brasileira. A inusitada mistura de som e imagem com transmissões ao vivo — ou não — logo caiu no gosto da cultura de massa, tornando-se forte instrumento de entretenimento e informação.

A implementação do satélite durante a última metade da década de 1960 foi fundamental para o desenvolvimento do veículo. Com ele o setor televisivo ganhou não apenas a condição técnica de avançar a cobertura dentro do território nacional, mas também de captar transmissões internacionais e, por consequência, transmitir ao público externo as produções locais. A esse respeito, Sérgio Mattos ressalta a importância da ação estatal para o desenvolvimento do setor televisivo durante a década de 1960, afirmando que as grandes redes de TV começaram a produzir e exportar programas. O autor ratifica, ainda, que a construção da Rede Nacional de Televisão pela Embratel foi fator fundamental para que as transmissões pudessem alcançar o território nacional.<sup>11</sup>

A tecnologia televisiva, como mostra Mattos, desenvolve-se muito rapidamente no contexto nacional, mesmo que ainda dependente da produção externa. De 1950, quando ocorre a inauguração da primeira emissora nacional, a 1972, com a primeira transmissão em cores, passaram-se vinte e dois anos de intensa inovação, sendo que destes, oito ocorreram sob a tutela do regime autoritário militar, o que comprova, mais uma vez, o claro envolvimento do regime com o setor.

A consolidação do modelo televisivo denota clara discrepância em relação ao setor radiofônico. Como demonstram os

<sup>11</sup> Sérgio Mattos. *Mídia Controlada: a história da censura no Brasil e no mundo*. São Paulo: Paulus, 2005.

dados das tabelas anteriores, a inserção da televisão no contexto social é mais significativa se comparada ao rádio. Isso porque, mesmo considerando o crescimento populacional, o desenvolvimento da televisão foi superior a 240%, enquanto o do rádio girou em torno de 100%. Apesar da clareza sobre a dificuldade em contrastar tais dados, tornam-se necessárias, no entanto, duas considerações: em primeiro lugar, é importante ter claro que o sistema de transistor e a proliferação do modelo FM impulsionaram maior consumo de aparelhos que, motivados pela aceleração industrial, tornaram-se mais acessíveis. E atrelado a isso, em segundo lugar está o fato de que, pela própria essência do rádio — que pode ser ouvido em diferentes circunstâncias — existe maior propensão para que um mesmo domicílio abrigue maior quantidade de aparelhos.

Esta análise é importante para ratificar a premissa de que o crescimento da TV foi bem mais significativo. E a maior evidência disto não está no percentual de crescimento dos veículos entre os anos de 1970 e 1980, mas no grau de dependência destes em relação aos domicílios. Ou seja, enquanto a quantidade de aparelhos de rádio por domicílio representava 58,92% em 1970, a de televisores não ultrapassava um quarto (24,11%). Já na década seguinte, o rádio passou a figurar em 75,76% dos domicílios pesquisados, cabendo à TV um total de 54,92%. Isso significa que a TV cresceu, em termos de inserção nos domicílios, 30,81% em dez anos, enquanto o rádio apenas 17,84%. Neste sentido, Sérgio Miceli ressalta a intensificação do impacto da TV no país a partir de 1969 com as transmissões da Rede Globo e com as transmissões em cores, a partir de 1972.<sup>12</sup>

A televisão consolida-se, assim, como o veículo de comunicação de massa com crescimento mais acentuado durante toda a década de 1970 e, principalmente, durante o governo de Emílio Médici. E a que se deve esta realidade? Seguramente o início das transmissões em rede nacional pela emissora Rede Globo deve ser considerado. Contudo, as transmissões em rede fazem parte de questão mais ampla, condizente com a especificidade do veículo; trata-se de definição da área de atuação da TV em contraposição aos demais veículos. Em resumo, é questão relacionada ao campo de atuação, dentro da conceituação apresentada por Pierre Bourdieu:

---

<sup>12</sup> Sérgio Miceli. *Noite da Madrinha*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças — há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço — que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias [...]<sup>13</sup>

Bourdieu nos mostra que o campo comporta as forças que se opõem em seu interior, seja no sentido de legitimá-lo ou mesmo de legitimar a própria existência do campo. Esta simbiose, por sua vez, constitui relação de dependência na medida em que são forças determinantes e determinadas dentro do processo social, constituindo assim uma relação estrutural permanente. No interior do campo, explica Bourdieu, a concorrência se estabelece pela legitimação de uns sobre os outros, motivados por fatores de ordem econômica ou simbólica. Nesse sentido, para entender a posição a ser adotada por uma das forças, basta compreender seu papel no interior do campo. A esse respeito, o campo jornalístico serve como exemplo, uma vez que, para conseguir compreender o que vai dizer ou escrever determinado jornalista, é preciso que se conheça sua posição neste espaço, ou seja, o poder que o órgão de imprensa ao qual está vinculado possui, que pode ser medido por relações econômicas, fatias de mercado e peso simbólico.<sup>14</sup>

É com ênfase neste preceito que podemos melhor compreender o acentuado desenvolvimento da televisão, ou seja, através do entendimento do papel exercido pelo veículo no interior do campo da comunicação de massa. E é possível admitir o sistema de comunicação como campo, porque os fatores determinantes — que deflagram o conflito entre os agentes — são os mesmos em seu interior: o entretenimento, a informação e o serviço. Nesse campo, o rádio e a televisão concorrem e criam suas estratégias, motivados pelo peso econômico que a fatia do mercado pode proporcionar.

---

<sup>13</sup> Pierre Bourdieu. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.57.

<sup>14</sup> Pierre Bourdieu. *Sobre a Televisão*.

Sendo assim, na busca de melhor elucidação dos motivos que contribuíram para a supremacia da televisão, torna-se necessária a verificação das estratégias que por ela foram adotadas. E isso nos leva à constatação de que, ao oferecer uma gama de possibilidades em torno do entretenimento, a televisão marca definitivamente seu papel no campo, sobressaindo-se, por este motivo, na concorrência com o rádio.

Essa “estratégia” é configurada a partir da análise da audiência dos programas televisivos, principalmente no início da década de 1970, quando a TV procura sua consolidação no campo. Sérgio Miceli, acerca desses dados, demonstra que, entre os programas de maior audiência analisados durante o segundo semestre de 1971, a maioria esmagadora foi de programações destinadas ao entretenimento. A pesquisa<sup>15</sup> mostra dois cenários distintos: no primeiro, o autor publicou o resultado de quatro semanas de pesquisa nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo distribuídos no horário noturno (20:00 às 23:00h); o segundo é destinado à verificação da audiência pelas emissoras. Em ambos os cenários, os programas dedicados ao entretenimento (auditório, esporte e telenovela) se sobressaíram com índices de audiência acima de 30%. No caso do primeiro, que apresentou os dez mais assistidos, apenas um dedicava-se à informação jornalística.

Portanto, existe por parte da televisão uma clara opção pelos programas de entretenimento para um público que responde com altos índices de audiência. Ora, é esta programação que constitui o principal diferencial com o rádio, que mesmo mantendo programação variada, sucumbe-se à limitação do som, e é obrigado a adotar estratégia diferenciada, voltada para questões locais e, por consequência, para público local. Eis aí o vão que separa os dois veículos: por um lado, a televisão, que com sua programação voltada para o entretenimento, cria as bases necessárias para a constituição de uma identidade de perfil nacional entre os telespectadores e, por outro, o rádio, que adota programação variada de perfil regional. As diferenças das estratégias no campo se materializarão, a seguir, nos resultados publicitários.

---

<sup>15</sup> Sérgio Miceli. *Noite da Madrinha*, p. 120-124. Pesquisa de audiência realizada em 1971, com dados fornecidos pelo IBOPE, nas seguintes semanas: 19 a 25 de julho; 09 a 15 de agosto; 13 a 19 de setembro e 20 a 26 de setembro.

Na realidade, os fatores condicionantes e condicionados manifestam-se de maneira clara neste aspecto, porque ao passo que a consolidação da TV atrai os investimentos publicitários, estes mesmos investimentos servem, a seguir, para subsidiar as novas tecnologias e o aprimoramento, principalmente em termos materiais da programação. Também neste sentido o trabalho de Sérgio Miceli nos fornece subsídios, visto que apresenta dados sobre as diferenças de investimento publicitário entre o rádio e a televisão, principalmente no período condizente com o nosso objeto:

#### INVESTIMENTO PUBLICITÁRIO – PERCENTUAL POR VEÍCULO<sup>16</sup>

Ano	Tv	Rádio
1969	43,1	13,6
1970	39,6	13,2
1971	39,3	12,7
1972	46,1	9,4
1973	46,6	10,4
1974	51,1	9,4
1975	53,9	8,8
1976	51,9	9,8
1977	55,8	8,6
1978	56,2	8,0
1979	55,9	8,5
1980	57,8	8,1

Em síntese, a partir da análise dos dados de investimento publicitário, pode-se realizar algumas conclusões em torno da

<sup>16</sup> Sérgio Miceli. *Noite da Madrinha*. p.294. “Investimento Publicitário – Percentual de participação por veículo (1950-88)”. Dados da participação em cinco níveis de veículos (TV, revista, rádio, jornal, outros), tendo como fonte a Thompson (uma das trinta maiores agências); período 1963-1976.

consolidação da TV no campo das comunicações. Em primeiro lugar, está o fato de que impulsionada pelos programas de entretenimento, conforme aumenta a projeção da TV, diminui a do rádio; esta projeção pode ser verificada tanto pelos índices de audiência como pela venda de aparelhos. Em segundo lugar, naquilo que concerne à publicidade, verifica-se que os investimentos, uma vez determinados pelo sucesso da audiência, adquiriram a dupla função de divulgar os produtos de consumo e subsidiar a consolidação da televisão. Por fim, é importante ressaltar que o trabalho de consolidação da televisão como resultado dos investimentos publicitários trás, como conseqüência, o declínio dos investimentos no rádio e, por conseguinte, a diminuição de sua projeção na sociedade.

A par desta realidade, o autoritarismo militar procura assegurar especial atenção à televisão para a ratificação de sua política de comunicação. Como mostra a próxima sessão, além dos investimentos tecnológicos para a implementação de mecanismo de interligação nacional, o governo procura também atuar de forma direta na programação, condicionando-a através de diretrizes e práticas intervencionistas.

O governo militar-tecnocrático se envolveu com a televisão, principalmente em relação às questões de propriedade, controle do conteúdo transmitido e apoio financeiro. Entretanto, a partir de 1970 começou a expressar preocupações em relação à influência dos conteúdos dos programas veiculados sobre as populações.<sup>17</sup>

## **A CENSURA**

A intervenção direta foi uma tônica que marcou a atuação do governo Médici em torno das programações, seja no âmbito da legislação ou mesmo acerca de seus formatos, conteúdos e transmissões. Em nome da “qualidade”, Hygino Corsetti (Ano?) levantou diversas críticas sobre os programas de cunho popular que dominavam os principais horários de TV de então. Seu principal alvo eram os programas de auditório transmitidos ao vivo, o que para ele constituía um dos maiores problemas. Sobre os comunicadores

---

<sup>17</sup> Sérgio Mattos. *Mídia Controlada: a história da censura no Brasil e no mundo*..

responsáveis por este tipo de programação, ele questiona: “Porque não fazê-los melhorar seus programas e torná-los densos de conteúdo, bom gosto, abandonando a linha de agressão à sensibilidade e de grosseria de alguns?”<sup>18</sup>

Como o principal argumento de Corsetti girava em torno da implantação da qualidade, o que condenava este tipo de programação, no seu entendimento, é o fato de atuarem essencialmente sob a égide do entretenimento, obrigando os telespectadores a permanecer todo o tempo de duração do programa cultuando, tão somente, o divertimento. A esta crítica encontra-se implícita uma análise preestabelecida sobre a preferência popular, já que para ele o povo gosta de informações e não se contenta apenas com o entretenimento. Essas informações, enfim, não se resumem às questões jornalísticas, mas à própria descoberta do novo, de novos fatos e coisas.

Outro problema apontado por Corsetti diz respeito às transmissões ao vivo dos programas de auditório. Essa forma de transmissão, para ele, interfere na qualidade do programa justamente em função do imediatismo, de não haver uma preparação anterior que possa selecionar e organizar o que deve ser transmitido; trata-se de uma crítica ao improvisado, ao que não se verifica e se corrige previamente:

Por que os programas não são gravados em vídeo-tape, cuidadosamente revistos, montados e só então exibidos? Por que essas emoções surpreendentes e nem sempre com resultados satisfatórios e dignos de serem transmitidos não se restringem aos auditórios? Por que esses programas não são “ao vivo” apenas para os freqüentadores de auditórios?<sup>19</sup>

Em que pese à argumentação de Corsetti sobre a questão da qualidade, o fato é que, partindo da premissa de que o desenvolvimento do sistema de comunicação consolida-se sob a orientação do regime militar autoritário, todas as ações nesse sentido têm estreitos laços com alguma estratégia de controle. Assim, não se

---

<sup>18</sup> Entrevista concedida por Hygino Corsetti à Revista Veja, n. 175 (Ed. Abril; 12/01/1972, p. 49).

<sup>19</sup> Idem.

trata de defesa do formato e do conteúdo deste tipo de programação, pelo contrário. Também não se trata de crítica da posição defendida pelo ministro acerca do gosto popular e da importância do sentido informativo. O que se pode concluir aqui é que o ataque ao formato “ao vivo” condiz com a dinâmica de atuação do autoritarismo em nome da segurança nacional. E isso se comprova por dois motivos.

Em primeiro lugar, o Decreto-Lei n.º 1.077, criado pelo próprio Ministério das Comunicações, já estabelece normas de atuação para tal programação, em específico as “Diretrizes para cumprimento do Decreto-Lei n.º 1.077 (Portaria n.º 13/70)” de 26 de fevereiro de 1970. Nesta diretriz estão expostas as regras de enquadramento dessa forma de transmissão, prevendo, entre outros, um ensaio geral com horas de antecedência para subsidiar o governo ao conhecimento de cenário, conteúdo e demais características. Portanto, já existe uma prévia daquilo que será transmitido.

Em segundo, é importante ter claro que, mesmo compondo o ensaio e estabelecendo noções antecipadas, o formato “ao vivo”, pela sua própria natureza, abre a possibilidade de inserções inusitadas que, uma vez transmitidas, não possibilitam correções. E é esta, certamente, a principal motivação de Corsetti para a crítica acentuada aos programas, ou seja, a possibilidade que existe da transmissão de informações não condizentes com as doutrinas impostas pelo regime. Trata-se, antes, de uma estratégia política, e não propriamente de questões técnicas. Na mesma entrevista, tratando da abertura de uma emissora no Estado do Piauí, Corsetti dá provas do envolvimento direto da burocracia autoritária com o conteúdo das transmissões:

Minha preocupação com a qualidade da programação, portanto, ainda mais se justifica: os novos telespectadores que estamos incorporando precisam ser bem mais informados e receber mensagens positivas.<sup>20</sup>

Também no âmbito do rádio, a intervenção do governo foi marcante. As ações propagandísticas estatais, principalmente nos setores econômicos e de infra-estrutura, faziam parte do Plano de Comunicação Social desenvolvido em 1971. Segundo Sônia Moreira (ano?), o rádio passou a ser utilizado insistentemente no projeto de

---

<sup>20</sup> Entrevista concedida à Revista Veja, n. 175 (Ed. Abril; 12/01/1972, p. 50).

propaganda do governo, comparado, segundo ela, ao mesmo tipo de processo de divulgação utilizado pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Isto porque, além de ter classificado a “Voz do Brasil” como serviço especial da Divisão de Divulgação da Agência Nacional<sup>21</sup>, o governo investiu também na inserção de programação própria, que teve veiculação garantida.

Assim surgiu, em 1970, o chamado Projeto Minerva. De acordo com Luiz Antonio Ferraretto, a iniciativa objetivou a divulgação de informações de cunho pedagógico voltadas para o âmbito do trabalho, ou seja, possuía perfil extremamente tecnicista. O projeto permaneceu no ar durante dezenove anos, já que foi iniciado no dia 4 de outubro de 1970 e encerrado em 16 de outubro de 1989. Os programas, segundo Ferraretto, eram gerados pela Rádio MEC do Rio de Janeiro, tinham um tempo garantido de cinco horas semanais, com trinta minutos diários de segunda a sexta-feira, reservando para os finais de semana o tempo de uma hora e quinze minutos, no sábado e no domingo.<sup>22</sup>

Pelo tempo que permaneceu no ar, não podemos atribuir ao Projeto Minerva um perfil estritamente autoritário, visto que continuou a ser transmitido mesmo após o final do ciclo militar. Na realidade, o projeto nos proporciona uma guinada analítica mais global sobre o papel dos veículos de comunicação na organização social. Mesmo tendo tido como objeto central de análise o regime militar, há que se ressaltar que tais veículos atuam — ou podem atuar — de forma decisiva na legitimação de outras formas de governo, independentemente do perfil ideológico em questão. Eis aí fundamentada a necessidade de pesquisas científicas que integrem campos distintos de conhecimento.

## CONCLUSÃO

Transformada em realidade no cotidiano da massa, a radiodifusão se destina a cumprir, através de sua programação, duas funções elementares na manutenção e proliferação dos valores vinculados à organização capitalista. A primeira, de perfil mais econômico, visa contribuir com a “formação” de uma massa

---

<sup>21</sup> Sonia V. Moreira. *O Rádio no Brasil*.

<sup>22</sup> Luiz Ferraretto. *Rádio. O Veículo, a História e a Técnica. O restante?*

consumidora capaz de manter ativa a lógica que envolve a economia de mercado. Já a segunda, de caráter político, condiz com a veiculação de valores e normas atreladas à orientação ideológica de organização do estado. É importante frisar a impossibilidade em conceber a radiodifusão fora dos princípios políticos e econômicos que estruturam a sociedade. Existe, em sua natureza, a estreita vinculação a esses valores, já que, como essência, seu papel é o da organização social. O que pode variar, neste aspecto, são as formas de transmissão e o tipo de programação, mas, em linhas gerais, sempre propagarão valores que, de alguma forma, sejam identificados pelo destinatário.

Portanto, é a conjuntura política e econômica a responsável por definir o perfil que será destinado ao sistema de comunicação — de forma geral — e à radiodifusão — em específico. No caso brasileiro, essa conjuntura nasce sob os auspícios de um sistema econômico em franca transformação e sob a égide de uma organização política centralizadora. É vinculada a um acelerado processo de urbanização e sob leis de cunho autoritário que a radiodifusão se desenvolve, passando a exercer papel determinante, principalmente através do rádio, durante as décadas de 1930 e 1940. Por sua vez, a televisão surge na década de 1950, mas desenvolve-se, efetivamente, a partir da década de 1960.

Durante a ditadura militar, o rádio já era realidade, o que forneceu aos militares subsídios para atuação nas duas variantes que compõem a radiodifusão (o rádio e a televisão). Foi possível verificar — e confirmar — a enorme importância que os veículos exerceram no Brasil durante tais fases, o que não significa ignorar seu papel em outras formas de governo. Portanto, é impreterível ratificar, à luz do que foi analisado, o papel determinante que o sistema de comunicação exerce para regimes mais centralizados. E isto se evidencia através da política de comunicação que foi adotada durante o regime militar no Brasil.

Por caracterizar-se desta forma, seu papel social é estratégico, forçando o governo a não se eximir no sentido da sua regulamentação e estruturação. Ora, foi exatamente isso que fizeram os vários governos, principalmente os de perfil autoritário. O fato é que, em função deste papel estratégico, não se pode conceber a ausência de mecanismos públicos de organização e controle para o setor, mesmo na democracia. O uso que faz o Estado, como o exemplo de “A voz do

Brasil”, é legitimado pelo seu objetivo final, já que as inserções fornecem informações necessárias à organização social. Por este motivo, é fundamental não confundir a função pública que possuem os meios de comunicação com os eventuais e condenáveis usos ideológicos.

Por fim, ao passo que se aponta a importância do controle estatal, é preciso ressaltar também os prejuízos que o monopólio pode trazer, seja ele público ou privado. E isso se resume a duas consequências. Em primeiro lugar, o monopólio impede a manifestação das diversas possibilidades inerentes aos meios de comunicação, como a sua utilização em várias frentes de interesse dos grupos sociais. Além disso, cabe frisar que o monopólio limita a introdução de fontes alternativas de informação que podem, sob o ponto de vista do processo de manipulação, fornecer versões variadas que, se não eliminam o processo, contribuem para ampliar o leque de possibilidades. A viabilidade de um mecanismo intermediário torna-se, assim, mais racional.

Recebido em 18/03/2017 - Aprovado em 30/03/2017